

Leticia Lanz

VELHICES LGBTQ+



**PROBLEMAS ENFRENTADOS
NO CENÁRIO BRASILEIRO ATUAL
E DESAFIOS PARA O FUTURO**



Letícia Lanz

Psicanalista, Mestra em Sociologia, Especialista em Gênero e Sexualidade

Velhices LGBT+

**Problemas Enfrentados no Cenário Brasileiro Atual
e Desafios Para o Futuro**



Copyright © 2021 by Letícia Lanz
Curitiba, 07 de dezembro de 2021

Capa, preparação, revisão e edição final
Letícia Lanz

Letícia Lanz de Souza, 70 anos, psicanalista, pensadora, poeta. Mestre em Ciências Sociais - Sociologia pela UFPR e Especialista em Gênero e Sexualidade pela UERJ. Casada há 45 anos, tem três filhos e cinco netos. Escreveu e publicou diversos livros, sendo os mais recentes "A Construção de Mim Mesma - Uma história de transição de gênero", e "O Corpo da Roupa", primeira obra publicada sobre Estudos Transgêneros no Brasil. Mantém, desde 2006, o "Arquivo Transgênero" (www.leticialanz.blogspot.com), um dos mais sites mais acessados em língua portuguesa para informações sobre transgeneridade, diversidade de gênero e identidades gênero-divergentes.

Esse e-book pode ser baixado gratuitamente em
leticialanz.blogspot.com/2021/10/blog-post.html

Todos os direitos deste e-book reservados a
LETÍCIA LANZ DE SOUZA
email: leticialanz@yahoo.com.br
www.leticialanz.blogspot.com
www.facebook.com/leticialanz

Movimento Transgente
www.facebook.com/groups/transgente
Rua Visconde do Rio Branco 461, Mercês
80.410-000 CURITIBA-PR

Sumário

Introdução	4
Orientação Sexual, Identidade de Gênero e Envelhecimento	9
Desejo	11
Solidão	13
Indigência financeira	15
Saúde	16
Habitação	17
Redes sociais de proteção	18
Segurança Jurídica	19
Palavra Final	22

Introdução

Começando pela imprecisão do que convencionamos chamar de velhice, é uma tarefa desafiadora descrever, com alguma propriedade, o estado das velhices LGBT+ no Brasil de hoje, assim como fazer projeções da sua condição futura em nosso país. Nem a velhice pode ser considerada uma fase específica e bem delimitada da vida humana, como praticamente nada se sabe, de maneira concreta, com o mínimo de sustentação estatística, quanto às reais condições de vida desse segmento da população. Até agora, houve uma omissão deliberada e um descaso total dos órgãos estatísticos governamentais das três esferas em incluir nos seus levantamentos mesmo as questões mais elementares sobre orientação sexual e identidade de gênero da população brasileira. De modo que não temos ideia exata nem ao menos de quantas pessoas LGBT+ existem no país, como tampouco sabemos como se distribuem em termos de sexo, idade, escolaridade e renda.

Essa dificuldade é tanto maior na medida em que, além de nos faltarem estatísticas básicas, é-nos quase impossível determinar de que maneira as rápidas transformações qualitativas e quantitativas do perfil etário da população brasileira, juntamente com mudanças no estilo de vida das pessoas e nos modelos de organização familiar têm impactado o perfil do segmento LGBT+ e, muito especialmente, o perfil das nossas velhices LGBT+. Assim, grande parte do que

podemos afirmar sobre as condições de vida das pessoas LGBTQ+ resultam unicamente de observações e impressões pessoais e de relatos de terceiros que, apesar de verdadeiras em sua essência, carecem de confirmação estatística robusta, capaz de dar sustentação a tão necessárias políticas e ações públicas de proteção e amparo a esse segmento da população.

De que velhices estamos falando quando falamos das velhices LGBTQ+? Há muitas e diferentes velhices LGBTQ+, que se distinguem uma da outra por uma série de marcadores, numa sociedade de profundas desigualdades de gênero, de raça, de sexo e, sobretudo, de profundas desigualdades socioeconômicas.

A velhice não é a mesma nem chega na mesma época para toda e qualquer pessoa, seja ou não LGBTQ+, não podendo, portanto, ser entendida como uma fase única e específica na vida de todo e qualquer indivíduo, determinada por rígidas ocorrências biológicas e sociais. Pelo contrário, a velhice deve ser vista como um processo marcadamente pessoal, dentro da realidade específica em que cada pessoa envelhece. Uma travesti de 40 anos já pode ser considerada velha, tendo em vista que a média de sobrevivência nessa categoria identitária não passa dos 35 anos, como constam das poucas estatísticas disponíveis.

Ser uma pessoa LGBTQ+ velha e rica até passa. A disponibilidade de recursos para comprar remédios, pagar planos de saúde caríssimos e manter um pequeno batalhão de cuidadoras, ameniza muito os efeitos colaterais da velhice artificialmente prolongada pela ciência. O grave e o triste é ser uma pessoa LGBTQ+ velha e pobre, totalmente sem recursos para lidar com os gastos mais ordinários da velhice. Se pessoas idosas em geral já não têm mais forças para reivindicar seus direitos, velhices LGBTQ+ passam por tormentos e dificuldades ainda maiores, diante da invisibilização e do silenciamento a que são submetidas em razão da sua condição que ainda é fortemente considerada transgressiva e desviante pela sociedade.

Simplificadamente, neste texto, chamarei de velhice o período de vida de uma pessoa que, convencionalmente, no Brasil, para diversos tipos de efeitos sociojurídicos se inicia aos 60 anos.

A sigla LGBT+, por sua vez, é aqui considerada como um guarda-chuva muito amplo, abrigando mulheres lésbicas (L), homens gays (G), pessoas bissexuais (B), pessoas transgêneras (T) compreendendo todas as chamadas tran-sidentidades (travestis, transexuais, pessoas andróginas, crossdressers, trans-formistas, pessoas não-binárias, etc) e “+” para todas as demais identidades fora do binário masculino/feminino que não se identificam em nenhuma das ca-tegorias anteriores.

Mesmo que não sejam mais vítimas de terríveis torturas físicas, nem trancafiadas em hospícios, nem sadicamente executadas em praça pública, a população LGBT+ continua sendo um alvo preferencial de ataques de setores religiosos fundamentalistas, conservadores e reacionários da sociedade. Pes-soas LGBT+ são vistas como graves ameaças à ordem vigente, por mais cruel, decadente, injusta, retrógrada, tirânica e irresponsável que seja essa ordem. Pessoas LGBT+ são sempre vistas como rebeldes, delinquentes, agitadoras, subversivas e baderneiras. As condutas LGBT+ sempre foram reprimidas, re-chaçadas, desestimuladas, ridicularizadas, interdidas e combatidas com toda a força do aparato institucional cishétero normativo. De tal forma que pessoas LGBT+, de todas as tribos e idades são submetidas regularmente a toda sorte de constrangimento e humilhação. As velhices LGBT+ são apenas um seg-mento da população LGBT+, constantemente atormentada por esse panorama de escárnio, repúdio e exclusão.

Mesmo diante dos importantes avanços e conquistas dos últimos 30 anos, as formas de orientação sexual não-heterossexuais, assim como as iden-tidades de gênero fora do binário oficial masculino-feminino continuam sendo pesadíssimos estigmas sociais que impõem restrições de toda ordem à vida das pessoas LGBT+. Ainda muito longe de aceitar a diversidade sexual e de gênero como um fenômeno social, político e cultural absolutamente natural, que sem-pre esteve presente em todas as épocas e lugares ao longo da história da civi-lização, boa parte da sociedade continua enxergando – e julgando – pessoas LGBT+ pelo prisma do estigma que lhes é imposto em função do seu desvio das normas de conduta sexual e de gênero, do moralismo religioso e da pato-logia mental. Em pleno século XXI, a população LGBT+ não só continua sendo

tratada de maneira reacionária, preconceituosa, desrespeitosa e/ou violenta, como esses expedientes têm se intensificado de maneira significativa nos últimos tempos.

Na Grécia antiga, estigma era uma marca colocada no corpo dos escravos e pessoas “fora-da-lei”, geralmente feita com ferro em brasa ou por meio de incisões profundas na pele desses indivíduos. Por extensão, a palavra estigma passou a designar as marcas desabonadoras colocadas sobre indivíduos cujo corpo e/ou o comportamento são considerados transgressivos, inadequados, impróprios, indignos, desonrosos e/ou repugnantes tendo em vista as normas de conduta estabelecidas pela sociedade. O estigma está na raiz de todos os processos sociais, políticos, culturais e religiosos de discriminação, marginalização e exclusão social, tornando as pessoas estigmatizadas alvo permanente de todo tipo de preconceito, tratamento depreciativo e julgamento desfavorável, como desprezo, rejeição, escárnio, desqualificação, invisibilização, ódio e violência física e moral.

Tal como ocorria com os escravos e malfeitores na antiguidade, carregar um estigma limita de forma radical a livre movimentação de uma pessoa dentro da sociedade, privando-a do gozo pleno da sua cidadania ao dificultar e impedir o seu acesso a itens essenciais à sua existência e sobrevivência, como educação, trabalho, habitação, assistência médica, justiça e serviços públicos diversos.

Embora o estigma paire sobre toda a população LGBT+, independentemente de idade, gênero, raça e classe social, seus efeitos cruéis e nefastos são sentidos com muito maior intensidade nos seus segmentos mais vulneráveis – pessoas LGBT+ pobres, pretas, periféricas, portadoras de necessidades especiais – e, naturalmente, “velhices LGBT+”. Nesse segmento, o estigma da velhice, que já tem um peso exorbitante na nossa sociedade, se une ao peso do estigma das sexualidades não-heterossexuais e das identidades de gênero fora do binário masculino-feminino para produzir um quadro de ampla marginalização, abandono e exclusão das pessoas. Como resultado dessa abominável união de estigmas, a sociedade, que já não é nada justa ou acolhedora com as

velhices em geral, consegue ser ainda mais cruel e impiedosa com as velhices LGBT+.

A sociedade não alivia - pelo contrário - amplifica o estigma sobre as velhices LGBT+. A estigmatização, que começa muito cedo na vida das pessoas LGBT+, tem o seu apogeu na velhice, quando lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros se tornam ainda mais socialmente desprotegidos e fisicamente indefesos. Com suas condições físicas e mentais já quase sempre abaladas pelo estresse de uma vida inteira de assédio e violência de todos os tipos, as velhices LGBT+ enfrentam dupla ou tripla discriminação: em razão da idade, da orientação sexual e/ou da sua identidade de gênero.

A cisheterossexualidade institucionalizada impede que as velhices LGBT+ tenham acesso a serviços de saúde adequados e de qualidade ou usufruam de habitação ou abrigo a preços que caibam nos seus orçamentos. Muitas velhices LGBT+ voltam para o armário, reforçando o isolamento social e o desamparo social de que são vítimas. Pior ainda: as velhices LGBT+ vivenciam esse isolamento e desamparo social dentro da própria comunidade LGBT+.

Em qualquer fase da vida, uma existência plena é aquela que possibilita à pessoa expressar livremente, sem bloqueios nem culpa, todas as dimensões do seu ser, o que inclui naturalmente poder assumir e expressar a sua orientação sexual e a sua identidade de gênero. É isso que a sociedade, através de práticas discursivas arbitrárias e retrógradas, continua negando à população LGBT+.

Movida pelo ideal neoliberal da juventude eterna, a sociedade não tem nenhum pudor em relegar pessoas idosas ao abandono, esquecimento e invisibilização. Esse procedimento tão comum e “normal” no mundo contemporâneo é ainda mais contundente quando se tratam de velhices LGBT+.

Em qualquer faixa etária é indispensável que as pessoas LGBT+ tenham total direito de se expressarem ao mundo como realmente são. Expressar-se plenamente, como pessoa nesse mundo não pode ter prazo de validade. Para isso, a pessoa LGBT+ idosa deve estar muito atenta, desde cedo, a aspectos do seu comportamento que podem comprometer seriamente o seu bem-estar na terceira idade.

Como mostrei de forma ampla e genérica até aqui, as velhices LGBT+ enfrentam inúmeras e graves preocupações nessa fase de suas vidas, com o agravamento de velhas dificuldades conhecidas e o surgimento de novas, pioradas pela pobreza, pelo racismo e por muitos outros tipos de discriminação.

A partir de agora, quero apresentar considerações mais detalhadas a respeito de oito fatores que influenciam radicalmente o bem estar – assim como o mal estar – das velhices LGBT+. São eles:

- 1 – Orientação Sexual, Identidade de Gênero e Envelhecimento
- 2 – Desejo
- 3 – Solidão
- 4 – Indigência financeira
- 5 – Saúde
- 6 – Habitação
- 7 – Redes sociais de proteção
- 8 – Segurança Jurídica

1. Orientação Sexual, Identidade de Gênero e Envelhecimento

O preconceito e o repúdio existente contra pessoas LGBT+ jovens atinge graus ainda mais elevados quando se tratam de velhices LGBT+, sobre as quais recai adicionalmente um pesadíssimo julgamento moral em razão da idade. Nos ouvidos da sociedade, a expressão “velho viado” é muito mais pejorativa e degradante do que a expressão “jovem viado”. Assim como qualquer pessoa que sai do armário como travesti numa idade mais avançada é humilhante e desonrosamente chamado de “velho vestido de mulher”.

Uma pessoa homossexual mais velha, então, que tem um caso com alguém mais jovem é imediatamente classificada, na melhor das hipóteses, como “papa-anjo” ou como pedófilo, na pior delas. Há até mesmo uma vigilância ostensiva e intimidadora, fora e dentro do gueto LGBT+, sobre a idade limite em que alguém pode se assumir como homossexual ou pessoa transgênera. Quantas vezes eu ouvi homossexuais mais jovens se referindo a homossexuais

mais velhos dizendo que eles estão querendo se comportar como se ainda tivessem 20 anos e que “essas coisas” definitivamente não são mais para eles.

Envelhecer é a consequência natural de se estar vivo; a única alternativa a envelhecer é morrer. Contudo, por mais natural e objetivo que isso pareça, em geral a população LGBT+ tem muito medo de envelhecer, fazendo tudo que está ao seu alcance para “parecer” que não está realmente envelhecendo, numa espécie de síndrome de Peter Pan.

Não é à toa que, dentro do gueto LGBT+, as pessoas tenham uma verdadeira obsessão em querer se manter eternamente jovens, como forma de não terem que mudar o seu comportamento e nem serem repudiadas pelos seus pares. Uma simples observação, mostra que as pessoas LGBT+ são, em geral, bastante mais afetadas por essa fobia do que as pessoas em geral. A resposta é simples: elas temem não apenas perder a liberdade e as “regalias” da juventude, mas sobretudo ficarem com o corpo flácido, o rosto enrugado, os cabelos rarefeitos, enfim, feia e sem atrativos, o que significa não poder mais oferecer nenhuma atração pessoal na concorridíssima corrida pelo sexo.

Pela mesma razão, a maioria das pessoas idosas LGBT+ que vivem no armário, pensam um milhão de vezes em se assumir – e desistam igualmente dois milhões de vezes.

Continua a ser, por exemplo, um tabu inaceitável, que pessoas mais velhas assumam uma outra modalidade de orientação sexual ou passem a se expressar numa outra categoria de gênero.

O cantor e compositor Lulu Santos identificou-se como homossexual e a cartunista Laerte assumiu-se como pessoa transgênera depois dos sessenta anos, assim como a socialite estadunidense Caitlyn Jenner (nascida Bruce Jenner, em 28-10-1949, ex-chefe da família Kardashian). Muito provavelmente por se tratarem de celebridades e desfrutarem de prestígio na sociedade, não tenham sido vítimas de repulsa, discriminação e violência moral por parte da sociedade, como é comum acontecer. Mas o mesmo não se dá com pessoas da mesma faixa etária que resolvem se assumir como LGBT+. Em geral, estarão condenados a um forte repúdio por parte da família, dos amigos e colegas de trabalho, quando não chegam mesmo a ser consideradas loucas. Sem falar que

até mesmo homens e mulheres homossexuais que assumiram e mantiveram essa orientação sexual ao longo de toda a vida, passam a ser vistos com sérias reservas pela sociedade e pelo próprio gueto LGBTQ+ ao atingirem a velhice.

2. Desejo de expressão da sexualidade e da identidade de gênero

Para a grande maioria das pessoas, falar de sexualidade é a mesma coisa que falar de moralidade, de tal forma que, na maior parte do tempo, a sexualidade humana entra em choque com a moralidade sociocultural imposta aos indivíduos.

Sexualidade não tem idade e, infelizmente, moralidade também não. Na verdade, a moralidade tende a ser ainda mais restritiva e castradora na medida em que a idade avança e as pessoas envelhecem.

Questões relacionadas ao desejo sexual e à expressão da identidade de gênero de pessoas idosas continuam sendo tratadas com muito conservadorismo, preconceito, discriminação e até desrespeito, especialmente quando são velhices LGBTQ+. São tantos os bloqueios e interdições a sociedade estabelece para a vivência plena do sexo e da identidade de gênero a partir de uma certa idade, que é como esses itens – e seus questionamentos – deveriam desaparecer por completo da vida das pessoas LGBTQ+ que envelhecem.

Velhices LGBTQ+ que, desinibidamente, confessam ainda se interessar por sexo são vistas com um misto de suspeição e descrédito, como se estivessem “furando” um bloqueio de idade, pré-estabelecido pela natureza, a partir do qual os indivíduos, especialmente os indivíduos LGBTQ+, devem necessariamente deixar de se interessar por sexo. E essa “barreira etária” vigora não apenas na sociedade em geral mas, infelizmente, dentro do próprio gueto LGBTQ+.

As grandes barreiras e interdições existentes às velhices LGBTQ+ viverem a sua sexualidade e identidade de gênero são, antes de tudo, limitações estabelecidas pela sociedade. Não fazem parte de maneira alguma do repertório da natureza, nem estão escritas no código genético das pessoas. A sociedade, e não a natureza, sempre foi a única responsável por todas as normas que regem o sexo, o gênero e a orientação sexual das pessoas, fazendo ao

mesmo tempo todo mundo acreditar que se tratam de inexoráveis determinismos da natureza.

Assim como identidade de gênero vai muito além do binômio homem-mulher, também a orientação sexual das pessoas se manifesta de muitas e das mais variadas formas. A atividade sexual, por exemplo, está muito longe de se resumir a penetração e gozo, eventos aos quais parece estar irremediavelmente associada graças à força de convencimento, adestramento e dissuasão da sociedade patriarcal, dominada pela visão e pelos desejos e fantasias do homem heterossexual-cisgênero, e que solenemente despreza a visão, os desejos e as fantasias de qualquer outra identidade sexual e de gênero. Da mesma forma, é perfeitamente possível – além de viável – que, mesmo com sessenta anos ou mais – a pessoa passe a se identificar com outra identidade de gênero, uma vez que o gênero é fluído e pode mudar, sim, ao longo da existência de cada indivíduo. Ou seja, nem gênero diz respeito a ser homem e mulher em função exclusivamente do órgão sexual que cada pessoa tem entre as pernas, nem atividade sexual se restringe a penetração e gozo.

Numa época em que falar de sexo voltou a ser tabu e que falar de gênero é quase um atentado à onda de conservadorismo retrógrado e senil que invadiu a praia da humanidade, é fundamental que as pessoas idosas em geral, mas muito especialmente as pessoas idosas LGBT+ compreendam gênero e orientação sexual da maneira mais ampla e arejada possível, como parte fundamental do processo humano de se estar no mundo, de se expressar como indivíduo e de dar e receber afetos.

Devemos rejeitar a crença, ainda tão comum, de que as mudanças físicas e psíquicas próprias do processo de envelhecimento reduzem e até mesmo impedem, de maneira inexorável, as possibilidades de manifestação da identidade de gênero e da sexualidade das velhices LGBT+, de forma natural e prazerosa. Tudo depende de como a pessoa idosa vai perceber e expressar a sua própria sexualidade e identidade de gênero, buscando modos mais espontâneos e menos ortodoxos, ou seja, mais alternativos e inovadores de expressar-se no mundo e de dar e de receber afetos.

Desejo não tem idade. E como propôs Lacan, a única coisa da qual se pode ser culpado é de ter aberto mão do seu desejo. É preciso que as velhices LGBT+, vivendo plenamente suas identidades sexuais e/ou de gênero ou ainda armarizadas, em condições extremamente precárias de existência, não se submetam aos limites preconceituosos de idade que lhes são impostos fora e dentro do gueto LGBT+. Em qualquer faixa etária é indispensável que as pessoas LGBT+ tenham total direito de se expressarem ao mundo como realmente são. Expressar-se plenamente, como pessoa nesse mundo, não pode ter prazo de validade.

3. Solidão e abandono

A solidão é tão devastadora quanto inevitável para a maioria das velhices LGBT+. Pelo estilo de vida independente e solitário que adotam, muitas pessoas LGBT+ não desejam, não conseguem ou não se esforçam para manter relações sexuais e afetivas estáveis com uma mesma pessoa ao longo da vida. Ainda é muito recente a tendência de formação de casais homoafetivos dispostos a constituir famílias duradouras, inclusive com filhos que fortalecem os vínculos e as responsabilidades do casal. Por sua vez, pessoas transgêneras – travestis e transexuais –, ainda que desejem muito formar famílias, dividindo a vida com outra pessoa, frequentemente se queixam de não encontrar os pares afetivos com quem gostariam de passar o resto dos seus dias.

O resultado disso, é que grande parte das pessoas LGBT+ reconhece, quase como fato trágico e definitivo, que vai estar sozinha no fim da vida. Algumas velhices LGBT+ têm a sorte de serem acompanhadas e assistidas por parentes próximos, como irmãs, irmãos, sobrinhas e sobrinhos, mas a maioria não tem ninguém com quem contar. No máximo, poderão recorrer a antigas amizades, que nem sempre estarão disponíveis quando precisarem delas.

Além desses efeitos sociais tão adversos, o isolamento e o abandono em que vivem muitas velhices LGBT+ têm um impacto profundo na sua saúde física e mental. Sentir-se sozinha e vulnerável pode levar à depressão e ao de-

clínio progressivo da saúde física e do bem-estar de uma pessoa, com o agravante de que sair sozinha da solidão é uma barreira quase intransponível para uma pessoa mais velha que se encontra só. Por orgulho, pessoas idosas tendem a não pedir ajuda, achando que devem dar conta sozinhas de tocar suas vidas, ao mesmo tempo que sentem vergonha da sua própria solidão.

As velhices LGBT+ que escaparam de ser riscadas do convívio familiar ainda muito jovens e, de uma forma ou de outra, mantiveram contato com seus familiares mais próximos, podem pensar em coisas como “voltar para casa” quando chega a terceira idade. Mas essa “volta” costuma ser muito mais problemática do que pareceria à primeira vista.

Uma conhecida travesti aqui da nossa região, após passar toda a vida atuando na indústria do sexo, resolveu se aposentar e retornar à sua cidade natal, para viver com a mãe, retomando também sua antiga identidade masculina e o seu culto religioso. Dizia que assim ela esperava “penitenciar-se” da vida que levava até então, de maneira a obter o perdão de Deus e da família por sua transgressão de gênero. Não soube se ela realmente concretizou seu projeto de voltar a viver como homem, com a mãe, na sua cidade natal. Mas qualquer que tenha sido o desfecho, esse relato me chocou profundamente, por mostrar como a livre manifestação da identidade de gênero pode ser encarada de maneira tão culposa pelas próprias pessoas LGBT+, especialmente quando entram na terceira idade.

Não foi a primeira vez que soube de uma pessoa LGBT+ declarar, paradoxalmente, seu repúdio à orientação sexual e/ou à identidade de gênero que assumiu a vida inteira. Eu já tinha ouvido inúmeros relatos sobre gays que se tornaram monges na terceira idade, fazendo votos de obediência, pobreza e castidade, como forma de “expição” da sua “vida pregressa”, considerada, por eles mesmos, como socialmente impróprias e “devassas”. Em todos esses relatos, o que mais chama atenção é exatamente a tendência de as próprias pessoas LGBT+ “se renderem”, no final das suas vidas, aos **discursos** de transgressão, anormalidade e pecado que ouviram ao longo de toda a sua jornada, e ao qual, de um jeito ou de outro, tiveram que resistir, em nome da sua própria sobrevivência. Tudo em nome de não ficarem sós.

4. Indigência financeira

Dinheiro é um tema crucial em todas as fases da vida de qualquer pessoa, que pode se tornar particularmente espinhoso na velhice. Muito mais do que pessoas jovens, pessoas idosas lutam para sobreviver com um orçamento apertado, no qual é preciso fazer malabarismos para fazer caber aumentos sucessivos nas contas de moradia, alimentação, saúde e transporte, sem ter nenhum aumento correspondente nas suas pensões e aposentadorias. Assim, além de enfrentarem a exclusão, a invisibilização e o abandono, grande parte das velhices LGBT+ sofre de indigência financeira.

Uma forma poderosamente sutil de punir, excluir e violentar pessoas LGBT+ é condena-las à insolvência financeira por falta absoluta de oportunidades de trabalho. Embora também seja comum entre jovens LGBT+, devido principalmente à falta de oportunidades que experimentam no mercado de trabalho, essa indigência financeira pode se tornar crônica entre as velhices LGBT+.

Travestis e transexuais que atuaram como profissionais do sexo em sua juventude, e que não encontraram nenhum Eldorado emigrando para países europeus e/ou casando-se com homens muito ricos, geralmente acabam vivendo uma velhice de grande penúria financeira. Para essas transidentidades, viver do rendimento que obtêm “fazendo pista”¹, já é uma vitória quando ultrapassam, vivas, a casa dos 35 anos. É fato conhecido que travestis e transexuais que sobrevivem como profissionais do sexo quase sempre morrem antes dos 35 anos, vítimas da transfobia estrutural que faz do Brasil o campeão mundial de assassinatos de pessoas transgêneras.

Contudo, sobreviver acaba não sendo uma grande vantagem para as transexuais e travestis que conseguem ir além dos 35 anos. Quando o corpo deixa de ser um produto atraente para a clientela, elas acabam sendo esquecidas e marginalizadas, numa completa invisibilização social. Sem poder ganhar a vida “fazendo pista”, sem aposentadoria e sem nenhuma formação profissional para disputar alguma vaga no já tão limitado mercado de trabalho

brasileiro, sobrevivem como podem, fazendo serviços domésticos, pequenos biscates ou através da caridade pública.

5. Saúde

Qualquer que seja a faixa etária em que se encontre, é no quesito de saúde física e mental que a população LGBT+ necessita de maior atenção do poder público, através da definição e implementação de políticas de acesso amplo a serviços de saúde especializados e de qualidade, planejados e oferecidos de acordo com os recortes raciais, econômicos e educacionais desse público. É, contudo, nas velhices LGBT+ que políticas públicas na área de saúde física e mental se tornam realmente indispensáveis.

Infelizmente, práticas sexuais promíscuas ainda são extremamente comuns dentro do gueto LGBT+. No fogo da juventude, muitas pessoas LGBT+ realmente não costumam pensar duas vezes para embarcar em aventuras sexuais, dispensando qualquer tipo de proteção. O resultado mais óbvio dessas práticas é o expressivo número de pessoas LGBT+ portadoras de DSTs – Doenças Sexualmente Transmissíveis, que podem se arrastar por toda vida, indo culminar em sérias complicações de saúde na terceira idade, quando o organismo se torna menos resistente em todos os aspectos.

Por outro lado, é também muito grande o número de pessoas LGBT+ que resistem ao máximo visitar profissionais de saúde. E, sinceramente, têm sérias razões para isso. Nenhuma faculdade de medicina, pelo menos aqui no Brasil, instrui seus alunos em aspectos específicos da conduta médica em caso de pessoas LGBT+. Essa falta de instrução e orientação adequadas das Academias quanto aos procedimentos específicos e o modo de comportamento a ser adotado no atendimento à população LGBT+, tenham um mundo de receios em procurar um médico ou médica e se abrir com ele ou ela, expondo com exatidão as suas condições de vida e os seus sintomas. Isso fica ainda mais agravado pela LGBT+fobia estrutural que existe no nosso país e que, naturalmente, também vigora na área da saúde, fazendo com que muitos profissionais

de saúde tenham reservas e façam juízos de valor muito desfavoráveis da conduta de pessoas LGBT+. Acresça-se a esse quadro desolador a falta crônica de prevenção de DSTs, agravada muito, nos últimos tempos, pelo relaxamento e extinção de políticas de prevenção com foco nos extratos mais vulneráveis da população LGBT+.

Mas as DSTs é apenas um dos itens mais severos da saúde da população LGBT+. Gays e lésbicas, assim como transexuais e travestis, alegam sérias dificuldades em obter tratamento adequado no SUS - Sistema Único de Saúde e até mesmo nos sistemas de saúde privada. É desnecessário dizer que as velhices LGBT+ podem se sentir ainda mais constrangidas e acuadas em reportar claramente suas condições de saúde. A expectativa da maioria é de receber uma assistência médica ruim, inadequada e muitas vezes moralista, discriminatória e preconceituosa.

Os corpos modificados de travestis e transexuais, especialmente quando atingem a idade madura, por exemplo, podem causar muita ansiedade em profissionais de saúde que não foram sequer informados de que esses corpos existem e necessitam de assistência médica como quaisquer outros corpos humanos. É sempre constrangedor para um homem trans receber assistência ginecológica, assim como não é nada confortável para um homem homossexual idoso relatar distúrbios que requeiram a assistência de um coloproctologista.

6. Habitação

Poder desfrutar de habitação eficiente e segura, algo difícil até para pessoas idosas que têm posses, torna-se uma luta exaustiva e penosa para pessoas idosas pobres, podendo ser ainda mais cruel e desesperadora para as velhices LGBT+. As casas, na sua maioria, não são sequer preparadas para as limitações de movimento das pessoas idosas e as famílias, na sua maioria, cuidam das suas velhices sem nenhuma vontade ou preparo, de modo quase sempre improvisado e precário. À exceção de pessoas que podem pagar verdadeiros hotéis cinco estrelas para abrigá-las na velhice, os poderes públicos

não disponibilizam asilos públicos adequados, em qualidade e quantidade, para acolhimento de pessoas idosas carentes, restrição que piora significativamente quando se trata de velhices LGBT+.

Constantemente, velhices LGBT+ reportam o descaso, o abandono e até o repúdio com que são recebidas e tratadas em asilos públicos, da mesma forma que é comum reportarem dificuldades e interdições para alugarem quartos e imóveis. Mesmo tendo recursos, ainda é muito comum o preconceito e a discriminação de senhorios e da vizinhança com relação a pessoas LGBT+.

Temendo ser vítimas de preconceito, maus-tratos e abusos, tendo que viver – e conviver –, nesses diversos tipos de moradia, muitas velhices LGBT+ voltam para o armário no final das suas vidas ou, pior ainda, renunciam inteiramente à ideia de um dia vir a sair dele.

7. Redes sociais de proteção

Rede de proteção é o conjunto de pessoas, profissionais e instituições públicas privadas interagindo e atuando a maior parte do tempo de modo virtual (especialmente nesses tempos de pandemia) para garantia de direitos, acolhimento e amparo a grupos identitários e segmentos sociais específicos.

Com todas as limitações, equívocos e engodos possíveis, a internet inaugurou uma era de “redes virtuais de proteção”. Minorias socialmente estigmatizadas e discriminadas, como é o caso das velhices LGBT+, têm nessas novas redes sociais virtuais um aliado fortíssimo não apenas no resgate e na defesa dos seus direitos mas também na formação de grupos de apoio, proteção e convivência. De uma forma ou de outra, é necessário cultivar essas novas redes, sem abrir mão das antigas, formadas por companheiros e companheiras de convívio mais próximo dentro do gueto LGBT+.

A criação de redes de proteção e apoio às velhices LGBT+, especialmente às pessoas mais pobres, sozinhas e sem recursos, é uma iniciativa que começa a despontar no Brasil com muito fôlego. Um exemplo muito bem sucedido de uma rede de proteção às velhices LGBT+ é o **Movimento Eternamente Sou**. Surgido em São Paulo, e tendo a participação

de muitas pessoas jovens em sua estrutura, esse movimento pioneiro e tão necessário tem tido rápida, merecida e oportuna expansão por todo território nacional.

8. Segurança Jurídica

Hoje em dia, no Brasil, como em boa parte do planeta, é perfeitamente normal e é legal ser uma pessoa LGBTQ+. Como resultado de muita luta e pressão por parte do Movimento LGBTQ+ em nível local e internacional, uma série de importantes conquistas foi alcançada.

Em 1973, a APA - American Psychiatric Association (Associação Americana de Psiquiatria) removeu o que até então era chamado de “homossexualismo” do DSM III - Diagnostic and Statistical Manual, 3th Edition (Manual de Diagnóstico e Estatística, 3ª edição). A OMS - Organização Mundial de Saúde levou mais 17 anos para também retirar a homossexualidade do rol de doenças contidas no CID - Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde. Em 17 de maio de 1990, com a edição do CID 10, a homossexualidade deixou completamente de ser considerada patologia. Por sua vez, em junho de 2018, com o lançamento do CID 11, a transgeneridade também deixou ser listada como transtorno mental.

No dia 5 de maio de 2011, em histórico julgamento de duas ações (ADPF 132 e ADI 4277), o Supremo Tribunal Federal reconheceu a união estável homoafetiva. Ao vedar a interpretação discriminatória de que união estável seria apenas aquela entre homem e mulher, o STF acolheu no texto constitucional as famílias homoafetivas, que, até o momento, exceto alguns poucos reconhecimentos pontuais, como para fins previdenciários, eram invisíveis para o Direito. Em 2013, este reconhecimento foi estendido para o casamento homoafetivo graças à Resolução 175 do Conselho Nacional de Justiça, com efeito vinculante sobre os cartórios em todo o território nacional. Às famílias homoafetivas foram finalmente abertas as portas da dignidade humana e da proteção da família previstas na Constituição Federal. No dia 1º de março de 2018, por unanimidade,

o Supremo Tribunal Federal reconheceu que pessoas transgêneras podem alterar o nome e o sexo no registro civil sem ter se submeter a qualquer tipo de cirurgia ou laudo psicológico. O princípio do respeito à dignidade humana foi o mais invocado pelos ministros para decidir pela autorização. Com o resultado, a pessoa interessada na mudança do registro civil pode desde então se dirigir a um cartório e solicitar a mudança do seu Registro Civil, sendo dispensada de comprovar sua identidade de gênero, que deverá ser atestada por auto-declaração. Finalmente, no dia 23 de maio de 2019, em resposta a ações impetradas, o Supremo Tribunal Federal equiparou a homotransfobia ao crime de racismo, ao ser dado sexto voto, que definiu o resultado pró criminalização. Até que o Congresso Nacional aprove uma lei específica, as condutas homofóbicas e transfóbicas podem ser igualados aos crimes de racismo. Esta foi a tese fixada pelo plenário do Supremo Tribunal Federal e declarada no dia 13 de junho de 2019. O colegiado também fixou tese no sentido de que a repressão penal à prática da homofobia "não alcança nem restringe o exercício da liberdade religiosa", desde que as manifestações não configurem discurso de ódio.

Diante desse quadro, pode-se dizer que o que existe no Brasil em termos de estigmatização, marginalização e exclusão da população LGBT+, não está mais atrelado nem à lei nem à medicina, mas aos costumes opressivos e retrógrados de uma sociedade tradicionalmente dominada por um patriarcado e um machismo exacerbados, que faz questão de continuar não reconhecendo legitimidade a qualquer expressão de sexualidade e de gênero fora da heterossexualidade e da cisgeneridade, isto é, do estrito binarismo de gênero homem-mulher, baseado no órgão genital de nascimento.

Ainda que não haja nenhuma lei ou resolução especificamente voltada para a segurança jurídica de velhices LGBT+, essa sequência de vitórias jurídicas nos últimos 20 anos mostra que a população LGBT+ do Brasil foi contemplada com direitos que eram vistos como quase impossíveis pelas gerações anteriores. No entanto, inúmeras outras demandas permanecem em aberto, sinalizando que a luta pela igualdade de direitos ainda não está ganha e muito

menos pode deve ser interrompida. O objetivo final é alcançar uma ampla mudança social, que incorpore definitivamente a população LGBT+ como parte do tecido social.

Indiscutivelmente, o futuro das velhices LGBT+ no Brasil é inseparável do futuro de todos os demais segmentos da população LGBT+. Mas, assim como a população do país está envelhecendo a olhos vistos, a parcela de pessoas LGBT+ idosas continuará aumentando substancialmente daqui para a frente, fazendo com que a luta por um tratamento digno e respeitoso às velhices LGBT+ constitua uma das frentes mais relevantes de atuação do movimento LGBT+ nos próximos anos.

Palavra Final

Cedo ou tarde, todas as pessoas LGBTQ+ serão velhas, isto é, se conseguirem escapar da obstinada perseguição diária da sociedade cisheteronormativa, notadamente de setores religiosos fundamentalistas e da direita retrógrada. Mesmo com estatísticas deficientes, o Brasil encabeça a lista de países que mais matam pessoas LGBTQ+ no planeta.

Mas se tornar uma pessoa LGBTQ+ idosa pode não ser exatamente uma vantagem, como eu já afirmei antes. Dentro de uma sociedade em que as pessoas idosas são consideradas um estropício, já que, dentro da "lógica do mercado", apenas consomem, sem acrescentar um único centavo ao PIB, as velhices LGBTQ+ serão vistas adicionalmente como incômodas pessoas que sobreviveram, sabe-se lá como, apesar de terem passado a vida "transgredindo" a hipócrita moral vigente.

A carga de problemas das pessoas LGBTQ+, especialmente das que carecem de recursos, que já é tão pesada e difícil na juventude, tende a se agravar, e muito, na idade mais avançada. Diante do rápido envelhecimento da população brasileira, os movimentos identitários precisam adotar uma abordagem vigorosa, hoje praticamente inexistente, intervindo junto aos poderes públicos para a criação e manutenção de políticas de proteção e amparo das velhices LGBTQ+. Ao mesmo tempo, precisam pensar também em informar e educar as pessoas LGBTQ+ sobre o processo de envelhecimento e como ele intervém na vida de todo mundo. Muita gente LGBTQ+ vive em função do aqui e agora, sem pensar no dia de amanhã.

Letícia Lanz

Curitiba, 07 de dezembro de 2021

